A FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE Á DIVERSIDADE

Janine Marta Coelho Rodrigues – UFPB - nenija9@hotmail.com
Silvestre Coelho Rodrigues – UNAVIDA - silvestrerodrigues_@hotmail.com

1 REFLEXÕES INICIAIS

A Constituição Brasileira reza em seu art 3º, inciso IV, promover o bem estar de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no título II, art 3º inciso IV prega a liberdade e apreço a tolerância....

Apesar da implantação de programas de formação de professores(as), pelo Governo Federal, a questão étnica no Brasil, neste aspecto, ainda não foi resolvida. Não se formam professores (as), para lidar com a diversidade cultural, social ou étnica.

A busca pela preservação da identidade e da cultura cigana, indígena e afrodescendente, é parte da luta por uma escola inclusiva, onde a diferença seja de que tipo for, não seja motivo de dificuldades nas práticas pedagógicas de formação de professores (as) ou de uma melhor e mais adequada escola ou empecilho para a manutenção e estimulo a elaboração de um Projeto Político Pedagógico (PPP), onde os regionalismos sirvam de conteúdos curriculares, para preservação dos valores, costumes e identidade de um povo.

É preciso evidenciar o significado da escola, através da construção de um espaço de reflexão, discussão e busca de soluções para um contexto social, onde as questões de demarcação de terras, de preservação da língua, dos costumes e das culturas aqui existentes sejam os costumes dos ciganos, dos indígenas, do negro e das contribuições desses povos na língua, costumes e alimentação do povo brasileiro e que tornam-se conflitos, quando se questiona a ocupação histórica e espontânea da terra e que a presença do capital acarreta, quando invade, expulsa e destrói a relação do índio com a terra ou quando se polemiza a questão das cotas para inserção dos grupos considerados excluídos nas universidades.

Em recente pesquisa, Moonen[1] (2002), relata que existem na Paraíba na cidade de Sousa, 450 indivíduos ciganos e na cidade de Patos, 100 indivíduos ciganos, originários do grupo Calón (Espanha e Portugal) que chegou ao Brasil entre 1898 e 1903. Os que permaneceram na Paraíba abandonaram a vida nômade e residem em ranchos. Cada rancho tem um chefe e é composto de 16 casas, doados pelo Governo. Os grupos de ciganos, empobrecidos segundo eles, com a redução do comércio ambulante, vivem em estado de miséria, os homens são analfabetos vivem do comércio de objetos e animais e as mulheres da quiromancia. As crianças hoje, 2007, em Souza, 35 são matriculadas em escolas de ensino fundamental próximas aos ranchos. Em Patos, das 23 crianças apenas 09 estudam. Alegam que as crianças e os jovens não permanecem na escola por serem constantemente vítimas de preconceito e discriminação.

Sabemos, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2002, que 46% da população brasileira é afrodescendente e que apenas 8% desta população é universitária. Para Frei Davi (2006, p.41), diretor executivo do Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro) "embora 20% das vagas nas universidades não seja o ideal, é o inicio de uma boa prática de inclusão". Acreditamos que, através dos processos educacionais, sejamos capazes de revisar valores introjetados e professores(as) qualificados (as) poderão minimizar os preconceitos instalados na formação de futuros adultos.

Percebe-se uma reviravolta nos conceitos ligados a produção, como o conceito de terra, de camponês e mesmo de índios, segundo Magalhães, para o empresário, a terra tem valor de quantidade para o antigo habitante, o valor é de qualidade, pois a terra é instrumento que garante a subsistência. A autora lembra que na venda da terra

> realizada de modo arbitrário emitem-se documentos que incluem muitas vezes até áreas urbanas e indígenas, como as da tribo. Tapirapé e os povoados de Santa Terezinha e Santo Antônio nas margens do Rio das Mortes e que até hoje diante desta política intensiva,

[1] Professor do CCHLA da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

> agressiva e sobretudo discriminatória, a medida que os índios e colonos eram descartáveis, os choques eram inevitáveis.
> (MAGALHÃES, 2002, p.23).

Precisamos encontrar formas, para nos cursos de formação de professores(as), articular disciplinas que lidam com a formação do humano e que todas as disciplinas tenham esta preocupação, de como lidar com o ser humano, fazê-lo evoluir , crescer e desenvolver-se. Significa então dizer, que um curso de formação de professores (as), não pode omitir-se frente as questões da diversidade, presentes, de forma cada vez mais intolerante, inclusive nas salas de aula.

Quando falamos de afrodescendente, lembramos Santos e Dayrell (1999, p.87) quando dizem: "tanto na escola quanto na sociedade brasileira, alem da identidade de classe, profissional, de gênero, de idade, também se constrói a identidade étnico racial.".

Ao se discutir as questões de raça e de cor na escola com nossos (as) alunos(as), estamos construindo com eles(as), oportunidade de vivencias relacionais, do reconhecimento de diferentes identidades sociais e da existência de grupos distintos de cidadãos brasileiros, combinando as igualdades e as diferenças em relação a si mesmo e aos outros. A má qualidade de vida, a perda do poder aquisitivo, o abandono de velhos e crianças, as violências sofridas pelos mais fracos, provocadas impunemente pelos mais fortes, as injustiças sociais precisam ser denunciadas e evitadas, através da educação para a convivência com as diferenças.

No caso da etnia indígena e negra, a baixa da autoestima, a fragilidade instalada por constantes contatos e aculturação com o branco e seus costumes, configura a idéia de índios, com infantilidade, ingenuidade, imaturidade em oposição ao termo cidadania e em relação aos negros, a configuração é de preguiçosos, molengas, apáticos. A condição de participação social, que dá o tom da cidadania possível, é absorvida pelo enfraquecimento do conceito de aldeia, de tribo, de nação, de grupo étnico como os quilombolas ou os que se declaram negros e pardos.

Caberia, fundamentalmente aos (as) professores (as), apontar os avanços da sociedade, ensinar o saber e transmitir os conhecimentos, sem

perder a identidade do povo, o respeito à cidadania, a diversidade e a diferença. Seria um dos caminhos, ter o currículo, como uma prática pedagógica, onde a produção do conhecimento de quem busca e de quem oferece este conhecimento, fosse uma responsabilidade política, social e institucional, entendendo que a construção do currículo a ser vivido na escola, possibilita aos alunos e aos(as) professores(as), a formação do ser humano. Para Freire (1996, p.32) "a construção para a qualidade da escola inscreve-se na natureza do ser humano e na infinitude do conhecimento." As concepções do currículo de uma escola inclusiva, no caso de uma escola voltada às populações não brancas, devem antes de tudo, visar o fortalecimento étnico existente na sociedade.

A partir destas considerações algumas questões norteiam nosso estudo: Em quais disciplinas nos cursos de formação docente, são discutidas as contribuições dos povos para nossa sociedade miscigenada? Como estão sendo trabalhadas, as contribuições dos povos ciganos, indígenas e negros, para nossa cultura? A partir de quais conteúdos pedagógicos a história da herança destes povos é discutida? Como os movimentos sociais de valorização destes povos participam das discussões nas escolas?

Embora os índios possam sentir-se, como um micro-povo dentro na nação brasileira, sempre é bom lembrar, que a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tramitou no Brasil desde 1991 e foi ratificada em julho de 2005[2], conclui para os grupos indígenas que queiram se afirmar:

> consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção. Baseados nessa Convenção muitos povos resistentes, considerados ressurgidos foram reconhecidos

[2] Cf. Documentos: Declaração Universal dos Direitos Indígenas.
Estatuto do Índio.
Convenção da Organização Internacional do Trabalho.

etnicamente pelo Estado. Isso foi uma vitória dos povos indígenas.

Por outro lado, o Estatuto do Índio, embora ainda mereça modificações e avanços importantes, em seu art. 1, regula as relações dos povos indígenas com a sociedade e o Estado Brasileiro, baseado no princípio de respeito às organizações sociais, língua, crenças e tradições e direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Sabemos, que o indígena brasileiro, precisa deixar de ser admirado apenas pela arte, pela cultura como figura de folclore ou de ser tratado como tantos outros milhares de brasileiros, meninos de rua, favelados, delinqüentes, deficientes, ciganos, idosos, que são ignorados como cidadãos.

Não existe no Brasil, nem como dados do IBGE, o quantitativo e a localização dos ciganos no Brasil. Texeira (2000) um estudioso dos ciganos do Centro de Estudos Ciganos de São Paulo, afirmou que existem no Brasil 550 mil ciganos.

Além dos advindos de Portugal e da Espanha , os Calon, que instalaram-se no Nordeste brasileiro, encontramos os descendentes dos Rom (Rússia) encontrados em Campinas-SP e no Paraná, são economicamente diferenciados exploram o comercio de cobre, ouro e automóveis. Os demais, encontrados no centro sul, oriundos do Grupo Sinti (Turquia) vivem do comercio de tecidos e confecções.

Encontramos na cidade de Ilhéus, na Bahia, tribos de ciganas fixados em residências urbanas e algumas tribos fixadas em acampamentos na perifiria de Ilhéus e Itabuna.

Em uma ação de pesquisa em outubro de 2007, numa entrevista concedida em sua residência, uma casa confortável de dois pavimentos, com os eletrodomésticos mais modernos, computador, DVD, Microondas, dois carros na garagem e todos os equipamentos que as tecnologias oferecem, o chefe da tribo fixada na cidade, Joab, nos deu importantes informações sobre a convivência entre eles. Casam-se por acordos comerciais ou familiares, existe ainda o costume do dote, os rapazes podem estudar, inclusive ele estuda Administração de Empresas mas em geral as mulheres apenas aprendem a ler. O relacionamento com os ciganos

acampados quase não existe, é superficial e só se encontram na comemoração da festa de Santa Sara.

O chefe em suas falas, ainda nos relatou que economicamente,vivem do comercio, sobretudo informal como venda e troca de carros e de mercadorias. Relata também que muitos ciganos estão se tornando evangélicos e que a cultura ainda é passada na oralidade: os anciãos preparam os jovens e as mulheres preparam as adolescentes para manter os costumes e as tradições. Os homens vestem-se com roupas comuns, jeans e camiseta mas, as mulheres são obrigadas a vestir os trajes ciganos, inclusive o véu, dentro ou fora de casa. Segundo ele, *como viaja frequentemente para Salvador e sempre leva a família, permite que durante a viagem, a mulher e a filha usem calça jeans e camiseta.*

Apesar das informações do chefe da tribo, encontramos na Universidade Estadual do Sul da Bahia, campus de Itabuna, duas alunas descendentes de ciganos, uma filha de ciganos e outra neta, que estudam no curso de Pedagogia. UESC. Quando entrevistadas, mostraram-se temerosas solicitaram anonimato pois sabem que são exceção a regra de vida das mulheres ciganas da região. Uma delas revelou *que o pai até o meio do curso não sabia que estudava. A mãe que dava cobertura desde o* ensino fundamental. Outra nos revela que *dava raiva, os irmãos que podiam estudar nunca se interessaram e que o avô materno a incentivava a ler, ajudou a fazer o supletivo e hoje tem o maior orgulho que ela já está se formando mas a avó materna sempre implicava com ela, queria que já que estava estudando, fosse vestida de cigana para aula. Mas uma vez o avô interferiu e a ajudou a comprar roupas comuns.*

Os ciganos hoje são um pouco protegidos por uma legislação ainda frágil no sentido de sua execução, são reconhecidos como integrantes do povo brasileiro, mas reconhecê-los como cidadãos, parece ainda estar muito longe de ser conseguido, apesar de serem contempladas suas garantias sociais e culturais, em documentos como: a Carta de Direitos dos Ciganos de 2000; Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais de 1999; Documentos de Direitos Presenciais de 2000 e o Estatuto da Igualdade Racial de 2003.

A ausência de dados sobre ciganos, muitas vezes se dá por suas próprias tradições. Não registram, não escrevem, seus costumes se

transmitem de geração a geração pela oralidade. Convivem uns com outros por um sistema de acordo realizado por casamentos ou pactos comerciais.

Seria ingênuo pensar, que uma escola seja capaz de mudar este estado de coisas, ter domínio de conteúdos de tantos povos, de tantas identidades, mas a escola pode fazer muito.Tendo um(a) professora qualificado(a) e comprometido(a), política e socialmente com a causa, tendo um currículo desafiador, que estimula e faz pensar as condições da comunidade, nas questões das relações de discriminação racial, étnica e na defesa dos direitos humanos,certamente estaríamos mudando a escola e conseqüentemente mudando a sociedade.

A necessidade de uma nova atitude educacional, junto aos cursos de formação de professores (as), a partir do paradigma da promoção da qualidade de vida e cidadania, com novas propostas pedagógicas para os contextos indígenas, ciganos, negros e da análise do quadro educacional, onde certamente se constatará o grave problema instalado, tanto para os índios aldeados como para aqueles que vivem fora de suas aldeias, nos levará enquanto educadores sensíveis a causa cigana, indígena e de afrodescendentes, a perceber a necessidade da criação de alternativas pedagógicas para, frente ao insuficiente número de professores(as) qualificados (as), redesenhar os componentes curriculares com caracterizações culturais e entrelaçamento das referências teóricas e práticas no campo da educação, da saúde e bem estar social, com discussões no âmbito das agências formadoras, no que concerne aos programas dos cursos de formação e treinamento dos (as) profissionais.

Por outro lado, sabemos que em relação aos afrodescendentes seus papeis sociais, são lembrados quando das comemorações da abolição da escravatura, o dia da morte de Zumbi, dia da consciência negra. Os conteúdos dos livros didáticos em geral se restringem ao folclore, a capoeira.

Em recente pesquisa[3] realizada com professores(as) da rede pública municipal de João Pessoa-PB, que, embora saibam da heterogeneidade social, racial e cultural de seus alunos(as), suas respostas sinalizam que: as

[3] Projeto PIBIC-2005/2006 **Quebrando o silencio a caminho do reconhecimento**, coordenado pela Profª Drª Janine Marta Coelho Rodrigues.

práticas pedagógicas que adotam não visam reunificar experiências pessoais e sociais; que o campo educacional não pode mais resumir-se a grandes discursos de legitimação; que os livros didáticos sobretudo de história e língua portuguesa não falam enfaticamente sobre etnia; não são os temas ou conteúdos pedagógicos que na prática da sala de aula aglutinam materiais ou mobilizam metodologias especificas; e que os movimentos e associações comunitárias, existentes no entorno das escolas, envolvem-se, quando convidados para alguma data comemorativa, como o movimento hip hop ou roda de capoeira nas questões do negro e no dia do índio, os pequeninhos se fantasiam de índios.

Analisar as relações entre a educação, o ensino e a história e a cultura do povo cigano, indígena e afrodescendente, bem como as contribuições que trouxeram para construção da nação brasileira, merece destaque, se percebemos como estas questões são tratadas nos textos dos livros didáticos. A abordagem dada essas questões, permanecem superficiais, ingênuas ou quando muito voltadas às lendas, ao folclore. As idéias de luta, de liberdade e de justiça social são pouco referendadas. As ações políticas de cultura, através dos programas educativos, também pouco oportunizam a construção e consolidação do cigano, do índio, do negro e suas culturas como base do povo brasileiro.

As relações de interação e convivência entre os alunos ciganos, índios e não índios e negros em algumas escolas, favorecem os ideais de uma convivência fraterna e colaborativa. As reflexões aqui postas corroboram com a idéia de que a escola tem papel preponderante na promoção da sociabilização das pessoas, (re) elaborando os conhecimentos pedagógicos adquiridos e construindo uma autonomia pedagógica peculiar, a cada contexto histórico educativo.

Percebe-se nas aldeias indígenas que se conhece, que em sua grande maioria, adultos e crianças foram e continuam sendo excluídos, vivem em situação de pobreza com vários vícios sociais como alcoolismo, drogas, prostituição, adquiridos da convivência com o não índio.

Os negros são uma população historicamente excluída de bens materiais e de direitos sociais básicos, que mesmo depois de políticas públicas traçadas e postas em prática, pouco resolvem, pela falta de controle ou acompanhamento institucional.

Como situar o currículo e a escola diante destas questões? Recusando a situação provocada pelo neoliberalismo e pela mundialização, que subordinou e subordina as pessoas dando ênfase a critérios econômicos e de mercado produtivo, sobre o desenvolvimento do humano. Cabe a educação, responder de modo adequado e desafiador, as novas exigências sociais através da formação adequada e competente de seus(as) professores(as), e da preparação dos(as) alunos(as), para uma leitura e interpretação crítica dos fatos sociais e do mundo, objetivando as mudanças sociais necessárias e urgentes, para que injustiças sociais sejam suplantadas pelo exercício pleno de uma cidadania, através do ensinamento de valores e de respeito a diversidade, onde atitudes de banalização da miséria e de exclusão social, violência e abandono a que estão sendo submetidos cidadãos brasileiros, sejam repudiadas.

É preciso que acreditemos na escola e que cada cidadão (ã), tenha na escola, um(a) aliado(a) que desempenha um papel fundamental na construção de relações sociais, baseadas na solidariedade, na justiça social, no respeito ao meio ambiente e a vida.

Sabemos ser tais questões, um esforço para os cursos de formação de professores(as), um norte em construção, mas a luta pela conquista da autonomia da escola, de seus conteúdos e de sua prática pedagógica critica, requer a participação e o compromisso de educadores(as) preocupados(as) com o exercício da cidadania para todos e da valorização das pessoas, a partir da tolerância e da convivência fraterna com a diversidade.

Os parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil ao Ensino Médio (2001) abordam as questões do negro e do indígena, diluída nos conteúdos de Ciências Humanas e suas Tecnologias, quando se referem aos conhecimentos de História, Sociologia, Antropologia e Política. Enquanto diretrizes, o documento não deixa claro como as questões étnicas devem ser tratadas no cotidiano da sala de aula.

Por outro lado, no documento referente à educação infantil, no texto do volume 2, da pag. 41, que discute o respeito à diversidade, o enfoque maior é dado as crianças com necessidades educativas especiais.

Um outro documento institucional observado, lançado em abril de 2002, denominado Raízes e Asas, em seu volume 1, A escola e sua função social, chama a atenção para a necessidade da escola em trazer para dentro

de seus espaços o mundo real, do qual as crianças e seus professores fazem parte. Mais adiante, este mesmo documento recomenda que compreender e assumir o tempo presente, com seus problemas e necessidades, é uma forma de gerar alternativas humanizadoras para o mundo. Neste sentido, pensamos que a escola deve ser concebida como um espaço de renovação da cultura e do conhecimento sistematizado onde exista a possibilidade dos alunos(as) ampliarem o conhecimento do mundo e serem capazes de colaborar para transformá-lo. O desenvolvimento de projetos democráticos que estimulem as atitudes de inclusão, permitem uma ação pedagógica mais próxima do real. É através das ações individuais que se constroem as ações coletivas.

Sair da passividade para a atividade é fazer da escola, uma instância legítima para desenvolver um trabalho curricular, onde os(as) professores possam discutir e refletir sobre o que e para quem estão ensinando. As intenções estão presentes a partir das escolhas que os(as) professores(as) fazem e do tipo de educação que escolhem para trabalhar com seus(as) alunos(as).

Em recente entrevista, a um jornal paraibano, o antropólogo Estevão Palitot[4] analisa a questão do crescimento das populações indígenas que tem relação direta com a recuperação da autoestima dos indígenas. Para ele, as pessoas estão se identificando como os índios porque estão tendo seus direitos garantidos pela sociedade e pelo Estado.

Na perspectiva do aumento das populações negras nas escolas, mais uma vez se percebe a importância da formação do(a) professor(a), como um (a) professor(a) que o(a) qualifique para ensinar e (re)elaborar o conhecimento, respeitando a diversidade cultural, étnica ou de qualquer outro tipo de seus(as) alunos(as). Assumir uma postura ética, metodológica através de uma fundamentação teórica e prática possibilita ao(a) professor(a) adotar uma rotina pedagógica com um sentido e significados educativos, morais e intencionais, uma vez que o(a) docente e seus(as)alunos(as)circulam cotidianamente entre diversas esferas e instâncias de situações sociais que expressam diferentes visões de mundo e

[4] Cf. População indígena triplica em 15 anos na PB. Entrevista do antropólogo Estevão Martins Palitot. Jornal da Paraíba. Pág 12 . Em 22 / 01 / 06..

de valores que constroem e reconstroem cidadanias. Livros como ÁFRICA ESTÁ EM Nós: história e cultura afrobrasileira, de Roberto Benjamim, e os PCNS, que apresentam nos temas transversais, as questões da diversidade, precisariam ser estudados e discutidos nos cursos de formação de docentes.

2 A FORMAÇÃO DO (A) PROFESSOR (A) FRENTE À DIVERSIDADE

Alguns questionamentos são necessários para reflexão:

- De quais professores(as) estamos falando?
- Onde formar um(a) professor(a), que seja capaz de conduzir pessoas à cidadania?
- Como despertar uma consciência pedagógica acostumada a não perceber além dos conteúdos dos livros didáticos?
- Como estimular a produção de textos didáticos, que valorizem as diferenças não como defeitos ou inferioridades, mas apenas como diversidade?
- Como promover relações mais democráticas numa sociedade que estimula o individualismo e o oportunismo como relações sociais?

Observamos que, nos processos formativos de professores(as), tanto na formação universitária como a nível médio, não existe uma preocupação específica com a formação do(a) docente, para lidar com a diversidade. Algumas disciplinas, de forma isolada, referem-se à formação do cidadão ou da cidadã, em particular, aquelas disciplinas que lidam com a educação inclusiva, contudo, não são momentos suficientes de preparação profissional.

A aquisição de saberes, competências e habilidades para ensinar, nos cursos de formação, caminha muito mais para a instrumentalização do(a) docente em adquirir métodos e técnicas de ensino, que para entender e lidar com questões relativas a inclusão ou a formação de docentes aptos(as) a lidar com o cigano, com índio, com o idoso, com a criança de rua e com os negros.

Ao formar-se, ao receber o diploma, o (a) docente pode desenvolver o trabalho do ensino. Sabemos que o diploma não qualifica, mas institui e

reconhece socialmente, que o(a) profissional pode candidatar-se a um cargo de professor(a) em qualquer escola.

Podemos considerar que nos processos formativos de docentes, existem "modismos" de uma determinada época, que existe uma distancia entre a discussão pedagógica e acadêmica, do concreto encontrado na sala de aula. Questões como ensinar, aprender, o que ensinar e tantos outros questionamentos, são pontuações pedagógicas fundamentais para o exercício da profissão professor(a), mas não são discutidas na sala de aula dos cursos de formação.

Os (as) professores (as) percebem na prática profissional, que a visão fragmentada que vivenciaram nos cursos de formação e as teorias que não foram desvendadas, os(as) levam a entender que a aprendizagem e a formação dos alunos representa uma complexa rede de relações. Estes são fatos que em geral, só são percebidos quando os (as) docentes se formam e vão para o mercado de trabalho e então se sentem despreparados para "enfrentar" a sala de aula e seus problemas.

Pensamos que é preciso reformar os currículos formativos e modificar a sala de aula.

Os meios que a escola dispõe para enfrentar a violência, a discriminação, o racismo e despertar a consciência dos alunos para as mazelas sociais, encontra na organização e construção do currículo, um espaço promissor. Rodrigues (2005, p.3) diz:

> entendemos que o currículo não é apenas um processo lógico de disciplinas articuladas e interdependentes, mas uma construção em diferentes pontos de vista, que devem ser considerados e analisados como produção do conhecimento e como expressão individual e coletiva, com a preocupação com a verdade e validade este conhecimento, a partir da historicidade e das dinâmicas sociais.

Se não houver no espaço escolar onde este currículo é vivenciado, uma concepção de educação que incorpore e integre o ato pedagógico como

causa e conseqüências inseparáveis, o currículo diante disto, fica como que solto, sem sentido e a escola perde o seu papel como tarefa política e social, voltada para uma educação mais democrática e efetiva na comunidade, promovendo assim a construção da cidadania e cidadania, implica instituições e regras justas para todos.

Um currículo, a ser vivido numa escola diversificada, inclusiva, apresenta especificidades. Temos no Brasil, 235 povos indígenas distintos, com 180 línguas, o que de antemão, justifica um olhar mais atento da escola e dos que a fazem, para criar projetos pedagógicos que fortaleçam e estimulem a cultura e a tradição deste povo, além de um imenso contingente de afrobrasileiros, que como diz Santos (1999, p.12)

> há mais pretos desempregados que brancos, explicamos facilmente isso pelo fato de haver menos pretos instruídos. Agora, como explicar que, entre as pretas e brancas de igual instrução (secretárias bilíngües por exemplo) as pretas continuem mais desempregadas e no caso de se empregarem ganhem salários menores?

Uma das questões que se discute também, é o modelo de aluno esperado pela escola e por seus(as) professores(as), não é o de uma criança negra ou advinda das classes populares, mas uma criança branca, vinda das classes média e alta. O maior numero de repetentes e evadidos nas escolas está na população negra.

Assim deve-se proporcionar aos(as) docentes, condições de construir um Projeto Político Pedagógico coletivo, onde professores(as) e alunos(as) e a comunidade, tenham possibilidades do exercício da cidadania. Um projeto que conte com o envolvimento de todos os integrantes da escola, baseado em temas norteadores, que apontem para a valorização do ensino e a construção da cidadania, a partir do resgate histórico e cultural dos povos ciganos, indígenas e negros, levando o coletivo da escola a reconhecer sua identidade étnica, seus valores, sua cultura, sua língua e tradição.

Gadotti (1999) quando comenta as prioridades da educação, apresenta a atenção que deveria merecer a educação e o sistema escolar,

pelos setores sociais, no sentido dos desequilíbrios existentes no sistema educacional, que podem ser percebidos pela evasão, seletividade, qualidade, além do debate quanto a natureza científica do discurso, que muitas vezes, esvazia a crítica necessária ao conteúdo pedagógico e a formação do(a) professor(a). Comenta ainda o autor, a necessidade de superar as contradições entre teoria e prática, que tem acompanhado a educação brasileira, mantendo-a sob amarras de interesses institucionais distante das necessidades históricas, políticas, econômicas e sociais do povo.

Entendendo o processo educacional, como uma poderosa oportunidade de minimizar as diferenças sócio-culturais, a formação do (a) professor(a) e a preocupação com os conteúdos pedagógicos formativos a serem ministrados nos cursos de formação, apontam para o compromisso com a mudança.

Como fortalecer uma educação, elegendo uma nova linguagem pedagógica, que signifique não apenas reformular cursos ou elaborar mirabolantes projetos pedagógicos?

Tentar conviver com a diversidade e educar para construção da cidadania numa prática pedagógica comprometida, implica na mudança dos processos formativos, capacitando o(a) professor(a) para, antes de tudo, viver sua própria cidadania.

O pensamento de Freire (1996), neste aspecto não é um discurso vazio. Em suas obras, sempre destacou a importância do educador(a) comprometido(a), enfatizando a relevância do trabalho pedagógico indissociado do trabalho político. No caso da educação indígena, a situação atual exige pressa nas estratégias de aprendizagem, nos conteúdos pedagógicos voltados a um ideário político no sentido da formação do humano. Através de uma ação cultural onde perpassam os valores sociais, morais de sensibilização onde os processos de conscientização sejam estratégias de mudanças sociais e políticas.

O reconhecimento da cidadania cigana, indígena e negra, foco também de decisões políticas, deve ser analisado no contexto brasileiro hoje, como uma questão prioritária, onde vários segmentos sociais deveriam caminhar juntos: os movimentos sociais de luta e reivindicações

das garantias dos direitos sociais e os segmentos institucionais, traçando e executando as políticas distantes do legalismo ou da burocracia extremada.

As Universidades por sua vez, precisam dar respostas a comunidade. A criação e posterior socialização das pesquisas acadêmicas, das concepções pedagógicas que provocam novos fazeres e dizeres pedagógicos, precisam ser postas em prática, saindo dos muros da Universidade, para uma aplicação mais imediata e eficiente. Sair da abstração, ir para experiências educacionais vivenciadas nos contextos sócio-pedagógicos, parece ser a saída para a formação de professores(as) mais comprometidos e competentes.

A dicotomia teoria-prática na formação dos (as) professores(as), tema tão discutido e ainda pouco superado, complica a função da Universidade, como produtora do saber, quando este saber produzido e pouco socializado, dificilmente contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que não aproveitam os benefícios dos produtos que a Universidade elabora.

No caso da educação, esta situação de distanciamento dos avanços do conhecimento, torna-se até perversa, pois gerações de brasileiros perdem a oportunidade de obter conhecimento, alternativas e estratégias que gerariam melhoria de renda, de qualidade de vida, de educação, de saúde, etc.

Uma articulação comunidade-universidade, via movimentos sociais, projetos de extensão e pesquisa, oportunizaria rever teorias de aprendizagem, capacitação de professores, ações eletivas de agentes culturais e de saúde, além do uso de materiais testados e produzidos que facilitam a vida cotidiana e são produzidos nas universidades.

Tematizar as necessidades e motivações das populações, ciganas, indígenas e negras, em relação às aprendizagens escolares, tomando como ponto de partida, a necessidade de ressignificar a formação de professores(as), são elementos de análise, que apontam para a atribuição e dimensionamento dos processos de escolarização e para a luta, que alguns educadores já empenham, objetivando a aquisição e apropriação do conhecimento para os povos ciganos, indígenas e negros, sem perder de vista suas identidades sociais e culturais e sua identidade de povo.

As diversas perspectivas, na questão dos conteúdos escolares a serem ministrados tanto na formação de seus/suas professores(as) como aos alunos ciganos, índios e negros na sala de aula, provocam uma leitura interpretativa das interações verbais, sociais, políticas e culturais, entre aqueles que fazem, convivem e constroem a escola. As diferenciações de gênero, etnia, valores, costumes, cultura, etc, estão estreitamente ligadas às condições objetivas e subjetivas existentes na sociedade e na comunidade onde estes sujeitos interagem. Os conhecimentos, as habilidades e atitudes, transmitidos ou aprendidos na escola, podem ser vistos como metas individuais e coletivas, que suscitam desejos de novas aprendizagens.

A significação e utilização de cada conteúdo aprendido, através da construção de competências, desenvolvimento de aptidões e capacidades, numa prática cotidiana que estimula novas aprendizagens, traz reflexões importantes para o que ensinar, o que, como e quando aprender, demonstrando uma visão crítica a respeito das teorias da aprendizagem e da atuação pedagógica dos (as) professores(as).

O compromisso com a (re)construção do conhecimento por alunos ciganos, índios e afrodescendentes, através da prática comprometida de seus(as) professores(as), desencadeia um processo de reconstrução pedagógico-formativa de professores(as) que aceitem o desafio de superar uma prática pedagógica tradicional para uma prática pedagógica histórica e pedagogicamente política.

Para Davi (2006 p.45) a sociedade brasileira camufla uma atitude preconceituosa, pois para ele " o preconceito não é abertamente firmado, dificultando a elaboração de leis que favoreçam sua reversão." A sociedade brasileira é, por sua própria configuração, caracterizadamente multicultural. O povo brasileiro, originário de diversas raças, é receptivo a populações de emigrados, o que acrescenta a população brasileira, traços de cultura, de valores e crenças de emigrantes, a exemplo de polacos, italianos, alemães em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, de japoneses no Paraná e em São Paulo.

O multiculturalismo torna-se então, um aspecto da educação brasileira que deve ser considerado. Os (as) professores, não atentam para reconhecer e considerar a diversidade cultural e as diferentes realidades de

seus(as) alunos(as) e perdem com isso, grandes oportunidades de enriquecimento curricular, no trabalho pedagógico da sala de aula.

Canen (1997) discute as tendências mais conhecidas no aspecto pedagógico da educação. A aceitação cultural onde a questão recebe um tratamento mais investigativo, o tema é pesquisado e analisado para que as diferenças sejam entendidas e aceitas. Outra tendência é a conscientização ou a perspectiva intelectual crítica onde a postura pedagógica além de conhecer e aceitar a diversidade cultural assume questionamentos e reflexões sobre os preconceitos, sobre as desigualdades e injustiças sociais, anunciando e denunciando estes aspectos, nas relações sociais.

Pensamos que, é na crítica, no anuncio e na denuncia, que surge a importância do papel da escola e os espaços de contribuição do(a) professor(a), posicionando-se e redimensionando com seus(as) alunos(as), as concepções sociais sobre a diversidade cultural. Caberia aos cursos de formação, preparar professores(as) e difundir idéias pedagógicas onde na sala de aula, as potencialidades dos alunos fossem desenvolvidas à luz da diversidade, sem padronizações. A democratização do espaço escolar passa pelo respeito a diversidade.

É necessário pensar uma escola que promova a recuperação da autoestima do povo cigano, indígena e afrodescendente, uma vez que tal condição não pode acontecer por decretos, resoluções ou ações exógenas à comunidade.

Reconhecer por sua vez, que o povo até então excluído, precisa acompanhar o passo da História, no sentido do conhecimento das conseqüências das tecnologias, sem perder de vista, a valorização de si mesmo e do meio ambiente, como equilíbrio das relações sociais, é um traço de respeito à diversidade, que o professor da escola de ciganos, de índios e de afrodescendentes, precisa aprender.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____**NBR 6024:** informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____**NBR 6027:** informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____**NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação, Rio de Janeiro, 2002.

_____**NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação, Rio de Janeiro, 2005.

_____**NBR 6028:** informação e documentação: resumos: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____**NBR 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação, Rio de Janeiro, 2002.

CANEN. A. **Formação de Professores e Diversidade Cultural**. Petrópolis: Vozes. 1997.

DAVI. F. **O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação de afrodescendentes**. São Paulo: 2006.

FREIRE, P. **Educação como prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Vozes. 1996.

_____ **Pedagogia da Autonomia**.São Paulo.Cortez 2001

GADOTTI, M. **Educação e Compromisso**. São Paulo: Papirus. 1999.

GAUDÊNCIO. R.; RODRIGUES, J.M.C. (Org.). **Formação Docente:** coletando textos, discutindo idéias. João Pessoa: Ed. Universitária. 2004.

MAGALHÃES. H. **Relações de Poder na Literatura da Amazônia Legal Cuiabá**. EdUFMT: INEP. 2002.

MOONEM, F. **Ciganos Calón na Paraiba**. Recife: 2002.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Brasília. 2001.

RAIZES e ASAS. Unicef. Fund Itaú. MEC. Brasília. 2002.

RODRIGUES. J. M. C. **Construindo a Profissionalização Docente**. João Pessoa: Ed.
Universitária 2003.

SANTOS, P.; DAYRELL, A. **Novos Olhares sobre a Educação e a Cultura**. Belo Horizonte-MG: UFMG. 1999.

SILVA TOMAS T. **Identidade cultural na posmodernidade.** São Paulo. Ed. Cortez .2005

TEXEIRA. R. **História dos Ciganos no Brasil**. Recife: 2000.